



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003599-90.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **OLGA REGINA MARTANI DEBENEDETTI**
 Embargado: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

OLGA REGINA MARTANI DEBENEDETTI, ajuizou esta ação de Embargos de Terceiro em relação à execução proposta pela **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** contra **GIOVANELLA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, sob o fundamento de que o imóvel descrito na inicial passou a lhe pertencer, quando se separou judicialmente de Antenor Rodrigues de Camargo Filho, em 23/07/1999, portanto, antes do ajuizamento da execução, não obstante não tenha registrado a Carta de Sentença, razão pela qual não poderia ter sido penhorado.

A embargada apresentou contestação a fls. 96/99, reconhecendo a procedência do pedido.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Além do seu reconhecimento feito pela embargada observa-se que a aquisição do bem, em virtude da separação da autora e de Antenor Rodrigues de Camargo Filho ocorreu, de fato, antes do ajuizamento da ação de execução.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, II do Código de Processo Civil e procedente o pedido, para o fim de determinar que seja levantada a penhora que recai sobre o imóvel aqui reivindicado.

Dê-se ciência ao SRI competente, para as providências necessárias.

Considerando-se o princípio da causalidade, tem-se que a embargada não tinha como saber da aquisição do bem pela autora, em virtude da partilha dos bens do casal, já



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

que a carta de sentença não foi registrada, não se lhe podendo atribuir a causa da instauração da lide, com a constrição indevida, nem lhe condenar a arcar com as custas e honorários advocatícios.

P. R. I. C.

São Carlos, 18 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**